

CONTRATO Nº 145/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022.

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Carlos dos Santos nº 240, inscrito no **CNPJ** sob nº **88.861.430/0001-49**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade a Rua João de Deus Nunes nº 405, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **DARCI SCHRODER SUCATA**, estabelecida à Rua Getúlio Vargas nº 1510, Bairro Vila Izabel, Canguçu/RS, inscrito no **CNPJ** sob o nº **94.805.223/0001-70**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem justo e acordado, celebrar o presente contrato oriundo dos saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 84/2022** para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de hora técnica em sistema elétrico 12v e 24v veículos leves, pesados e máquinas, injeção eletrônica gasolina e diesel veículos leves, pesados e máquinas e sistema de ar condicionado para veículos leves, pesados e máquinas desta municipalidade, celebrado em 11/05/2022, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 O objeto deste contrato é a Contratação de Empresa para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de hora técnica em sistema elétrico 12v e 24v veículos leves, pesados e máquinas, injeção eletrônica gasolina e diesel veículos leves, pesados e máquinas e sistema de ar condicionado para veículos leves, pesados e máquinas desta municipalidade, com saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 84/2022** conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Nº Item	Lote	Valor unit.
65343	HORA TÉCNICA - SERVIÇOS EM SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA MOTOR A GASOLINA.	h	1.469	1	3	122,0000
65345	HORA TÉCNICA - SERVIÇO EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO PARA VEÍCULOS LEVES.	h	1.500	1	5	140,0000

O valor total do presente objeto oriundo deste contrato será de **R\$ 389.218,00 (Trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e dezoito reais)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 O presente contrato terá início em **05/05/2023** vigorando pelo prazo de **12 (Doze) meses** podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

DARCI
SCHRODER:25943219
072

Assinado de forma digital por DARCI
SCHRODER:25943219072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM
BRANCO), ou=32215856000170, ou=presencial,
cn=DARCI SCHRODER:25943219072
Dados: 2023.05.05 14:26:53 -03'00'



CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1 Os serviços serão prestados em local adequado na sede da empresa fornecedora, onde a mesma deverá disponibilizar todos os equipamentos e ferramentas necessários e em caso de pequenos reparos a empresa poderá realizar os serviços na oficina municipal, localizada a Rua Antônio Florêncio Duarte, 4858, Bairro Vila Isabel ou no Pátio do Almoarifado Municipal, onde será disponibilizado somente o espaço, as ferramentas e equipamentos necessários para o conserto deverão ser da promitente fornecedora.
- 3.2 Em casos de emergência, o serviço deverá ser prestado no local onde se encontra a máquina e/ou veículo impossibilitado de deslocamento.
- 3.3 Quando a máquina e/ou veículo precisar ser removido/transportado até a sede da empresa fornecedora por meio de guincho, plataforma e outros, os custos destes serviços ficarão por conta da empresa fornecedora.
- 3.4 O local de entrega da máquina e/ou veículo consertado deverá ser na oficina municipal ou pátio do almoarifado, local este deverá ser combinado com o responsável pela máquina e/ou veículo.
- 3.5 O licitante vencedor terá o prazo máximo de 02 dias, após o recebimento da máquina e/ou veículo para fazer o diagnóstico detalhado dos problemas com seu respectivo orçamento, o qual deverá ser encaminhado ao Chefe da Oficina Municipal e/ou responsável pelo setor em que o equipamento está locado que irá analisar e aprovar a realização dos serviços a serem executados, o orçamento deverá ser prévio, gratuito e detalhado dos serviços.
- 3.6 O Município não concordando com a relação de serviços apresentados pelo licitante vencedor solicitará uma nova relação, sem que caiba qualquer recurso por parte deste quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a solicitação de serviços da qual tenha decorrido.
- 3.7 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviços, a promitente fornecedora deverá informar o fato ao Município, ficando a sua execução condicionada a prévia aprovação do orçamento pelo responsável da máquina e/ou veículo.
- 3.8 Os serviços serão iniciados imediatamente após a sua aprovação.
- 3.9 A promitente fornecedora deverá dar garantia mínima de 1 mês do serviço executado na máquina ou equipamento.
- 3.10 As peças que serão substituídas serão adquiridas pelo Município sendo somente de responsabilidade da empresa fornecedora a realização dos serviços.
- 3.11 Os serviços deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da entrega das peças/materiais necessários previamente requeridos pela promitente fornecedora, ao Município.
- 3.12 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor do município responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 3.13 Verificada a não conformidade na prestação dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente ou no prazo máximo de 02 dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 3.14 A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, ser entregue junto ao setor financeiro da Secretaria da Fazenda, constando nela a data e hora em que os serviços foram prestados, além da identificação de quem acompanhou a execução dos serviços, o número do Pregão, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da promitente fornecedora

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.
- 4.1.1 A forma de pagamento se dará mediante transferência bancária.
- 4.2 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
- 4.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 4.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 4.4.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a promitente fornecedora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

DARCI

**SCHRODER:259
43219072**

Assinado de forma digital por DARCI
SCHRODER:25943219072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A1, ou=(EM BRANCO),
ou=32215856000170, ou=presencial,
cn=DARCI SCHRODER:25943219072
Dados: 2023.05.05 14:28:06 -03'00'



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

4.5 O CNPJ da promitente fornecedora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6 Nenhum pagamento será efetuado a promitente fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o fornecimento de acordo com os ajustes pactuados neste contrato correspondente;
- b) observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- c) quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- d) utilizar seus equipamentos e fornecer os materiais necessários à execução do objeto, com despesas as expensas da CONTRATADA;
- e) responder pelos prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja esta consequência de culpa ou dolo próprio ou de seus propostos ou auxiliares;
- f) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

DARCI
SCHRODER:2
5943219072

Assinado de forma digital por DARCI
SCHRODER:25943219072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO),
ou=32215856000170, ou=presencial,
cn=DARCI SCHRODER:25943219072
Dados: 2023.05.05 14:28:47 -03'00'



A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);

b.3) rescisão de contrato;

b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato a **Sra: SIMONI LOBATO DE SOUZA**, inscrita na matrícula 89648-8, nomeada pela Portaria nº 124/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – Integram o presente contrato, a Ata de registro de preços nº 84/2022, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 32/2022 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

DARCI
SCHRODER:
2594321907
2

Assinado de forma digital por
DARCI SCHRODER:25943219072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1,
ou=(EM BRANCO),
ou=32215856000170,
ou=presencial, cn=DARCI
SCHRODER:25943219072
Dados: 2023.05.05 14:29:36
-03'00'



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

12.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento.

Canguçu, RS 05 de Maio de 2023.

MARCUS VINÍCIUS MÜLLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

DARCI
SCHRODER:259432190
72

Assinado de forma digital por DARCI
SCHRODER:25943219072
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM
BRANCO), ou=32215856000170, ou=presencial,
cn=DARCI SCHRODER:25943219072
Dados: 2023.05.05 14:31:35 -03'00'

CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 746B-A020-C5BC-701E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 05/05/2023 14:48:57 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 05/05/2023 15:10:27
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/746B-A020-C5BC-701E>